



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo	24279/2023
Data de Início	28/11/23
Folha	25
Rubrica	<i>[assinatura]</i>

DESPACHO 2023-SECTRAB**A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO-CPL**

PROCESSO Nº 24279/2023-LICITAÇÃO/INTERPOSIÇÃO RECURSO

REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2023

OBJETO: Contratação de empresa especializada empresa especializada na elaboração e promoção de cursos de beleza e estética.

Em resposta ao processo nº 24279/2023, RECURSO impetrado pela empresa **JPCMAR FORMAÇÃO PROFISSIONAL, PROJETOS E EVENTOS, CNPJ Nº.19.888.855/0001-29.**

A recorrente manifesta o seu inconformismo pelas seguintes razões:

- 1- Descumprimento do item E.1 da qualificação técnica;
- 2- Descumprimento dos itens 11.2 a 11.4.

Foram apresentados Contrarrazões pela empresa **VITAE CURSOS PROFISSIONALIZANTES LTDA**, fls. 13/17.

Após uma análise criteriosa do recurso e das contrarrazões apresentadas pelas demais empresas, a Secretaria de Trabalho se baseou nos critérios estabelecidos no edital, bem como na legislação vigente e nos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência que regem os processos licitatórios.

Para melhor entendimento discorreremos sobre os pedidos do Recurso e ao final decidiremos.

- 1- Descumprimento do item E.1 da qualificação técnica;

Após uma análise minuciosa do edital, verificamos que o mesmo solicita que os atestados de capacidade técnica que apresentem além de comprovação dos serviços prestados a contento, **serviços de natureza e vulto compatíveis com o objeto por ora licitado, A capacidade técnica será exigida somente para os itens que o licitante irá participar, no limite de 10%.** conforme item (E.1) abaixo transcrito.

(E.1) A empresa LICITANTE deverá comprovar capacidade técnica na área de execução de serviços objeto deste TERMO DE REFERÊNCIA, nos termos dispostos no Art. 67 da Lei nº 14.133/2021. A comprovação da capacidade técnica será por meio de atestados fornecidos por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprovem que a empresa LICITANTE tenha prestado a contento, serviços de natureza e vulto compatíveis com o objeto por ora licitado. A



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo	24279/2023
Data de Início	28/11/23
Folha	26
Rubrica	<i>[assinatura]</i>

capacidade técnica será exigida somente para os itens que o licitante irá participar, no limite de 10%.

Considerando a importância desse assunto e a necessidade de garantir um processo justo e imparcial, baseamos nossa decisão no princípio da autotutela da administração pública. Esse princípio estabelece que a Administração possui o poder e a responsabilidade de rever seus próprios atos, corrigindo possíveis equívocos ou inadequações, visando sempre à legalidade e ao interesse público.

Nesse sentido, reconhecemos que as apresentações dos atestados de capacidade técnica devem ser de acordo com o sobredito item (E.1).

2- Descumprimento dos itens 11.2 a 11.4.

Vale destacar o parecer GPG nº 1032/PGM/2023, análise de legalidade, fls. 21/24. Nele se observa que a exigência dos itens se referem à fase contratual e sua respectiva execução, não sendo requisito de qualificação técnica.

Quanto a suposta apresentação de informação ou declaração inverídica no curso do processo administrativo, será diligenciado e se apurado existência de suposta irregularidade a mesma será encaminhada para os órgãos de competência para as devidas providências.

Diante do exposto, decidimos:

a) Conhecer o recurso da licitante.

b) Dar-lhe parcial provimento no sentido de reconhecer as alegações do item 1 do recurso, solicitando a CPL a reanálise de todos os atestados apresentados, de acordo com o Item (E.1) do Edital. Quanto as demais alegações de item 2 e 3, não devem prosperar.

Com base nessa decisão, solicitamos a CPL a reanálise de todos os atestados apresentados. Essa medida busca assegurar a lisura e a transparência do processo licitatório, em consonância com o princípio da autotutela da administração pública.

É imprescindível que todas as etapas do pregão eletrônico sejam realizadas de acordo com os procedimentos estipulados na legislação em vigor, garantindo a ampla concorrência, a igualdade de oportunidades e a eficiência na contratação dos serviços objeto da licitação, em consonância com o princípio da autotutela da administração pública.

Maricá, 18 de dezembro de 2023.

Atenciosamente,

[assinatura]
Marcus Toselli

Secretário de Trabalho

Mat.112.561

Marcus Toselli
Secretário De Trabalho
Mat 112 561